

LEI N° 3.945, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Alterações:

Alterada pela Lei n 4.664, de 28/11/2019. Alterada pela Lei n° 6.094, de 11/8/2025.

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Política Ambiental e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1°. O Conselho Estadual de Política Ambiental - CONSEPA, órgão colegiado de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal, integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, tem por finalidade formular e propor políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

#### Art. 2°. Compete ao CONSEPA:

- I estudar, formular e propor aos órgãos governamentais políticas para o meio ambiente e os recursos naturais;
- II estabelecer, em nível estadual, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- III estabelecer, em nível estadual, normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;
- IV decidir, em última instância administrativa, em grau de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pela SEDAM;
  - V definir a tipologia dos empreendimentos e atividades de impacto ambiental de âmbito local;
- VI estabelecer, em nível estadual, sistemática de monitoramento, avaliação e cumprimento das normas ambientais;
- VII incentivar a criação, estruturação e o fortalecimento institucional dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;



- VIII avaliar, regularmente, a implementação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e o cumprimento de normas ambientais, estabelecendo sistema de indicadores;
  - IX estabelecer sistema de divulgação de seus trabalhos;
  - X promover a integração dos órgãos colegiados de meio ambiente;
- XI deliberar, sob a forma de resoluções, proposições, recomendações, moções e decisões, visando o cumprimento dos objetivos das Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente;
  - XII elaborar seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo; e
  - XIII exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem delegadas.

# CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

- Art. 3°. O CONSEPA terá a seguinte estrutura organizacional básica:
- I Presidência;
- II Secretaria Executiva:
- III Plenário: e
- IV Câmaras Técnicas.
- Art. 4°. Integram o CONSEPA:
- I o Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental, que o presidirá;
- II 4 (quatro) representantes de órgãos e/ou entidades da Administração Pública Estadual;
- III 1 (um) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA;
  - IV 1 (um) representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio;
- V 1 (um) representante de entidades empresariais, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia FIERO:
- VI 2 (dois) representantes de trabalhadores da área rural, sendo um indicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia FETAGRO e outro pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia FAPERON; e
- VII 4 (quatro) representantes eleitos por entidades não governamentais com atuação na área ambiental e sede em Rondônia.



- § 1°. O Presidente do CONSEPA será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Secretário Adjunto da SEDAM e, na falta deste, por um membro representante da Administração Pública Estadual, na forma do Regimento Interno.
- § 2º. Em caso de ausência ou impedimento, os membros titulares do CONSEPA serão substituídos por suplentes previamente indicados e escolhidos, na forma do Regimento Interno.
- § 3º. Os representantes da sociedade civil organizada terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- § 4°. O CONSEPA aprovará procedimentos para a eleição dos representantes das entidades não governamentais a que se refere o inciso VII deste artigo.
- § 5°. Somente poderão eleger representantes as entidades não governamentais constituídas há, pelo menos, 1 (um) ano, nos termos da lei civil, desde que comprovem atuação efetiva na defesa ou preservação do meio ambiente, com regular cadastro junto à SEDAM.
  - Art. 4º Integram o CONSEPA: (Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019)
- I o Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental, que o presidirá; (**Redação dada pela Lei** nº 4.664, de 28/11/2019)
- II 4 (quatro) representantes de Órgãos e/ou Entidades da Administração Pública Estadual; (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)
- III 1 (um) representante de entidades empresariais, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia FIERO; (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)
- IV 1 (um) representante dos trabalhadores da área rural, indicado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia FAPERON; (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)
- V 1 (um) representante da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, 1 (um) representante da Ação Ecológica Guaporé Ecoporé e 1 (um) representante da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia (FETAGRO); e (Dispositivo vetado pelo Governador do Estado, em 10 de setembro de 2019 e mantido pela Assembleia Legislativa, em 11 de março de 2020, na Lei nº 4.664, de 28/11/2019)
- VI 1 (um) representante da Federação de Pescadores e Aquicultores de Rondônia FEPARO, 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil OAB/RO e 1 (um) representante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. (**Acrescido pela Lei nº 6.094, de 11/8/2025**)
- § 1º O Presidente do CONSEPA será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Secretário Adjunto da SEDAM e, na falta deste, por um membro representante da Administração Pública Estadual, na forma do Regimento Interno. (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)



- § 2º Em caso de ausência ou impedimento, os membros titulares do CONSEPA serão substituídos por suplentes previamente indicados e escolhidos, na forma do Regimento Interno. (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)
- Art. 5°. Os membros do CONSEPA não perceberão qualquer espécie de remuneração pelo exercício de seus mandatos.

# CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

- Art. 6°. O Plenário, órgão superior de deliberação do CONSEPA, reunir-se-á, em caráter ordinário, a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros.
- § 1°. Para dar início às reuniões do CONSEPA, será exigida a presença mínima da metade mais um dos seus integrantes, deliberando-se pela maioria simples dos presentes.
  - § 2°. Ao Presidente do CONSEPA caberá o voto de desempate.
- § 3°. No prazo máximo de 10 (dez) dias, após a realização de cada reunião, o Conselho encaminhará a Assembleia Legislativa relatório completo da reunião, acompanhado de cópia da respectiva ata.
- Art. 7º. As Câmaras Técnicas são órgãos encarregados de examinar e relatar ao Plenário assuntos de sua competência.
- § 1º. As Câmaras Técnicas serão constituídas por até 7 (sete) membros Conselheiros titulares e/ou suplentes, definidos pelo Plenário.
- § 2°. Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza técnica do assunto de sua competência e a finalidade dos órgãos e/ou entidades que as compõem.
- Art. 7º As Câmaras Técnicas são Órgãos encarregados de exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário. (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)

Parágrafo único. As Câmaras Técnicas serão constituídas pelos Conselheiros titulares e/ou suplentes definidos pelo Plenário. (**Redação dada pela Lei nº 4.664, de 28/11/2019**)

- Art. 8°. A Secretaria Executiva atuará como unidade de apoio técnico e administrativo ao funcionamento do CONSEPA.
- § 1°. As funções da Secretaria Executiva do CONSEPA serão exercidas por servidores da SEDAM designados pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental.
- § 2°. O exercício das funções da Secretaria Executiva do CONSEPA não ensejará o pagamento de qualquer remuneração adicional.
- Art. 9°. Poderão participar das reuniões do CONSEPA, a convite e sem direito a voto, técnicos, especialistas, representantes de órgãos públicos ou de entidades da sociedade civil, bem como pessoas



envolvidas com as matérias em pauta, a fim de prestar esclarecimentos considerados necessários às deliberações.

# CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Regimento Interno do CONSEPA disporá sobre a organização, o funcionamento, as competências e outras matérias de interesse da Presidência, da Secretaria Executiva, do Plenário e das Câmaras Técnicas.

#### Art. 11. Ficam revogados:

- I os artigos 6° e 7° da Lei n° 547, de 30 de dezembro de 1993;
- II o § 4º do artigo 5º da Lei nº 890, de 24 de abril de 2000; e
- III o § 2º do artigo 38 e os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 39, todos da Lei nº 1.144, de 12 de dezembro de 2012.
  - Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 12 de dezembro de 2016, 129º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador